



Hospital Universitário
UFSCar

EBSERH
HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

Simulado Especial
EBSERH
Gestão
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial EBSE RH (Gestão)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Gestão da EBSE RH**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/zaKgDD2AUG3qNknG6>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/B1XS>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato*

01. "A linguagem é a casa do ser; nela o homem habita." (Martin Heidegger)

Com base no excerto, é correto inferir que:

- a) A linguagem limita as possibilidades de expressão do ser humano.
- b) A linguagem é o meio pelo qual o homem se comunica com o mundo.
- c) O homem molda a linguagem de acordo com suas necessidades práticas.
- d) A existência do homem está intrinsecamente ligada à sua capacidade de significar o mundo.
- e) A linguagem é algo externo ao ser humano, como uma ferramenta que ele utiliza..

02. "Cerca de 70% dos brasileiros consomem café diariamente. Esse hábito está associado a uma série de benefícios, como o aumento da concentração e a redução do risco de certas doenças. Estudos recentes sugerem que a moderação é a chave para aproveitar essas vantagens."

O fragmento de texto acima pode ser considerado predominantemente:

- a) Narrativo
- b) Descritivo
- c) Injuntivo
- d) Expositivo
- e) Argumentativa

03. *Embora soubesse do prazo, o aluno não entregou a tarefa e foi penalizado pelo professor.*

Marque a alternativa que melhor descreve a relação entre as orações:

- a) Oposição e explicação.
- b) Concessão e consequência.
- c) Concessão e adição.
- d) Condição e consequência.
- e) Condição e adição.

04. *"Se ele me dissesse a verdade, eu teria tomado outra decisão."*

A forma verbal "disse" está flexionada no:

- a) Presente do subjuntivo, apontando dúvida.
- b) Pretérito Imperfeito do subjuntivo, indicando condição hipotética.
- c) Futuro do subjuntivo, indicando uma possibilidade futura.
- d) Pretérito mais-que-perfeito do indicativo, indicando uma ação anterior a outra.
- e) Presente do indicativo, indicando certeza.

05. Em relação à concordância nominal, marque a alternativa em que a regra foi violada:

- a) Estavam corretos o resultado e as justificativas apresentadas.
- b) A candidata se manteve firme e serena durante o debate.
- c) As provas foram corrigidas rapidamente e com precisão.
- d) A professora estava calma, confiante e segura.
- e) Eram necessários paciência e atenção aos detalhes.

06. Existe um abismo entre norma e uso quanto se trata de uso da crase. Isso porque ela não é normalmente empregada de forma correta na linguagem verbal, mas algumas normas devem ser obedecidas, principalmente, na linguagem escrita.

Com base no texto acima, em qual alternativa o uso da crase é referendado pela norma culta:

- a) Dirijo-me à Rua das Palmeiras todos os dias.
- b) Prefiro ir à pé para o trabalho.
- c) Agradeço à todos pela ajuda.
- d) Nunca viajamos à Portugal.
- e) Este livro foi dedicado à ela.

07. Sobre variação linguística, é correto afirmar que:

- a) A norma culta é a única forma legítima de se comunicar.
- b) O preconceito linguístico está relacionado apenas à falta de instrução formal.
- c) Toda variação linguística está diretamente ligada ao nível de escolaridade.
- d) A variação linguística reflete as diferenças sociais, regionais e contextuais de uso da língua.
- e) A norma culta deve ser empregada em todos os contextos comunicativos.

08. Assinale a alternativa que apresenta inadequação na colocação dos termos:

- a) Todos os alunos se esforçaram para o exame.
- b) Não se esqueceram de cumprir o prazo.
- c) Eu me recordei do compromisso na última hora.
- d) Caso aceite, envio-lhe a proposta.
- e) As propostas não nos agradaram todas.

09. Sobre aspectos semânticos e uso de conectivos, marque a alternativa em que há incoerência:

- a) Ele estudou muito, portanto foi aprovado.
- b) Não consegui o emprego porque não tinha experiência.
- c) Apesar de sua dedicação, foi reconhecido pelos professores.
- d) Embora fosse talentoso, não alcançou o primeiro lugar.
- e) Estava cansado, mas conseguiu terminar o trabalho.

10. *É melhor ser otimista e estar errado do que ser pessimista e estar certo.*

Qual das alternativas abaixo apresenta a análise mais adequada sobre o paradoxo presente na frase?

- a) A frase sugere que o valor do otimismo está na capacidade de inspirar ação, mesmo diante do erro.
- b) O paradoxo reforça a ideia de que o erro é inevitável, independentemente da atitude.
- c) O pessimismo é apresentado como uma forma de sabedoria superior ao otimismo.
- d) O otimismo pode ser mais pragmático do que o pessimismo.
- e) O otimismo e o pessimismo são apresentados como equivalentes em seus efeitos.

LEGISLAÇÃO EBSEH*Tiago Zanolla*

11. Durante uma reunião de planejamento, um grupo de servidores discutiu as características e finalidades da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH). Considere as alternativas abaixo e assinale a correta de acordo com a Lei n. 12.550/2011.

- a) A EBSEH é uma empresa pública unipessoal vinculada ao Ministério da Saúde, responsável exclusivamente pela administração de hospitais universitários estaduais.
- b) A integralização do capital social da EBSEH pode ser realizada pela União ou por qualquer ente federativo, mediante a incorporação de bens avaliáveis em dinheiro.
- c) A EBSEH possui personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério da Educação, com prazo de duração indeterminado.
- d) A EBSEH tem como finalidade prestar serviços de assistência à saúde inseridos exclusivamente no Sistema Único de Saúde (SUS), além de apoiar o ensino, a pesquisa e a formação em saúde pública.
- e) A autonomia universitária, prevista no art. 207 da Constituição Federal, não se aplica às atividades da EBSEH, uma vez que ela é vinculada ao Ministério da Educação.

12. Com base no Regimento Interno da EBSEH, quais são os órgãos estatutários que compõem a Administração Central da Rede EBSEH?

- a) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Assembleia Geral e Conselho de Ética.
- b) Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo, Comitê de Auditoria, e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.
- c) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e Comissão de Gestão Orçamentária.

d) Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e Conselho Técnico.

e) Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Diretoria de Auditoria Interna, Conselho de Ética e Comitê de Gestão de Riscos.

13. Com base no Código de Ética da EBSEH, analise as alternativas e escolha a correta:

- a) Qualquer cidadão pode apresentar denúncia de conduta antiética diretamente à Presidência da EBSEH, sendo esta a única via para formalização das denúncias.
- b) O sigilo e a confidencialidade não são garantidos ao denunciante de boa-fé, mas apenas aos membros da CEE.
- c) A censura ética, aplicada como sanção pela CEE, é publicizada e registrada no Diário Oficial da União para transparência.
- d) A CEE é composta por três agentes públicos da EBSEH, designados pela Presidência da Empresa, conforme regimento interno.
- e) A censura ética aplica-se somente aos casos de transgressões administrativas, excluindo desvios éticos não previstos no Código de Ética.

14. Durante um treinamento para novos servidores da EBSEH, a estrutura do Conselho de Administração foi objeto de debate. A instrutora apresentou o Estatuto Social da empresa, explicando a composição do Conselho e o processo de indicação de seus membros.

Com base nessa estrutura, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) O Conselho de Administração é composto por nove membros, todos indicados pelo Ministro de Estado da Educação, considerando a vinculação da EBSEH ao Ministério da Educação.
- b) O Presidente da EBSEH é o responsável por presidir o Conselho de Administração, podendo exercer essa função interinamente em caso de vacância.
- c) O Conselho de Administração é composto, entre outros, por um representante dos empregados, indicado diretamente pelos sindicatos das categorias representadas.
- d) Entre os membros do Conselho de Administração, há um representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), que obrigatoriamente deve ser reitor de uma universidade federal.
- e) Não há qualquer previsão de representação do Ministério da Saúde ou do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos na composição do Conselho de Administração da EBSEH.

15. Durante uma reunião sobre gestão de pessoal, a equipe de Recursos Humanos da EBSEH discutiu aspectos do Regulamento de Pessoal relacionados à jornada de trabalho. Um novo supervisor solicitou esclarecimentos sobre as regras de funcionamento e horários aplicáveis aos empregados.

Com base no texto do Regulamento de Pessoal da EBSEH, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) A jornada normal de trabalho de todos os empregados da EBSEH é de 8 horas diárias e 40

horas semanais, sem qualquer exceção ou flexibilização.

- b) Empregados da EBSEH que atuam em unidades descentralizadas podem ter jornadas de 4, 6 ou 8 horas diárias, desde que não excedam 30 horas semanais, em conformidade com a lei.
- c) O regime de 12x36 é permitido exclusivamente para o turno da noite em serviços de funcionamento contínuo, respeitada a jornada contratual dos empregados.
- d) Médicos empregados da EBSEH podem adotar o regime de 12 horas consecutivas de trabalho diurno, independentemente de situações excepcionais ou do regime contratual.
- e) Os empregados ou cedidos que ocupam cargos de confiança ou função gratificada têm jornada de 8 horas diárias e dedicação parcial, sem exigência de integralidade.

SUS*Breno Caldas*

16. Conforme os Artigos 196 a 200 da Constituição Federal de 1988, podemos afirmar que:

- a) Os gestores centralizadores do sistema único de saúde somente poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de concurso público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.
- b) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas sobre as sem fins lucrativos.
- c) São de responsabilidade exclusivamente pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Governo Federal dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser exercida através de representantes eleitos do Poder Executivo.
- d) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos, desde que prestem serviços imprescindíveis aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).
- e) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

17. Com relação ao Sistema Único de Saúde – SUS a Lei federal nº 8.142/90 estabelece que:

- a) A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.
- b) O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.
- c) O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) terão representação na Conferência Nacional de Saúde.
- d) As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo conselho.
- e) Para receberem os recursos, de que trata o art. 3º desta lei, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde.

18. Lançada em 2003, a Política Nacional de Humanização (PNH) tem como objetivo concretizar os princípios do SUS no dia a dia dos serviços de saúde, promovendo transformações nos modelos de gestão e cuidado. Essa política valoriza a participação de trabalhadores, usuários e gestores na construção e gestão do cuidado e dos processos de trabalho. Assinale a alternativa que apresenta os princípios da Política Nacional de Humanização (PNH).

- a) Transversalidade, Indissociabilidade entre Atenção e Gestão, Protagonismo, Corresponsabilidade e Autonomia dos Sujeitos e Coletivos.
- b) Ambiência, Indissociabilidade entre Atenção e Gestão, Protagonismo, Corresponsabilidade e Autonomia dos Sujeitos e Coletivos.
- c) Acolhimento, Gestão Participativa e Cogestão, Ambiência, Clínica Ampliada e Compartilhada.
- d) Transversalidade, Acolhimento, Gestão Participativa e Cogestão, Clínica Ampliada e Compartilhada.
- e) Valorização do Trabalhador, Defesa dos Direitos dos Usuários, Transversalidade.

19. Em relação aos princípios do SUS descritos na Lei Federal nº 8.080/90, pode-se afirmar que:

- a) O princípio da intersectorialidade busca garantir um tratamento adequado a população, ou seja, tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior.
- b) O princípio da participação popular diz respeito a divisão dos poderes entre os três níveis de governo.
- c) O princípio da universalidade assegura o acesso a toda a população independente de sexo, raça, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais.
- d) O princípio da resolutividade pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação intersectorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos.

e) O princípio da transversalidade é entendido como um processo de inclusão de diversas diretrizes organizativas do SUS nas suas políticas.

20. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, é um dos principais marcos legais que regulamentam o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Segundo o disposto na lei, compete à direção nacional do Sistema Único de Saúde:

- a) gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional.
- b) controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.
- c) formar consórcios administrativos intermunicipais.
- d) formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.
- e) em caráter suplementar, formular, executar, acompanhar e avaliar a política de insumos e equipamentos para a saúde.

21. A Lei complementar nº 141/12 é instrumento importante do financiamento do Sistema Único de Saúde. A Lei estabelece que, para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos aqui estabelecidos, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde os referentes a:

- a) pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde.
- b) manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças.
- c) pessoal ativo da área de saúde quando em atividade alheia à referida área.
- d) assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal.
- e) saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade.

22. Conforme o disposto por meio da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, é CORRETO afirmar que:

- a) Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do país, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.
- b) O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Ministério da Saúde.
- c) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo apenas o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- d) O processo de planejamento e orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) será descendente, do nível federal até o local, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de saúde com a disponibilidade de recursos em planos de saúde dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União.
- e) A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter suplementar.

23. O artigo 7º da Lei nº 8.080/90 define que todas as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) devem obedecer aos seguintes princípios:

- a) centralização político-administrativa do sistema pelo Governo Federal.
- b) quando possível, proceder à divulgação do potencial dos serviços de saúde e sua utilização pelo usuário.
- c) integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.
- d) resolutividade do atendimento por ordem de chegada.

e) informação às pessoas sobre sua saúde, desde que seja liberada pela unidade de saúde ou autoridade judicial.

24. Segundo o disposto por meio da Lei Federal nº 8.142/90, assinale a alternativa correta.

- a) Os recursos do Fundo Nacional de Saúde serão destinados em 75% (setenta e cinco por cento) aos Municípios, e o restante dividido entre os Estados e o Distrito Federal.
- b) A cobertura das ações e serviços de saúde, a ser implementada pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, destinará seus recursos, entre outras, à cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar.
- c) Os recursos do Fundo Nacional de Saúde serão alocados como investimentos previstos no Plano quadrienal do Ministério da Saúde.
- d) As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão suas normas e sua organização de funcionamento definidas por Decreto a ser expedido pelo Ministro da Saúde.
- e) O SUS contará, na esfera federal e estadual de governo, com prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as instâncias colegiadas da Conferência de Saúde e do Conselho de Saúde.

25. Sabendo-se que a resolução do CNS nº 453/2012 aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde, assinale a alternativa correta sobre essa mesma legislação.

- a) Como Subsistema da Seguridade Social, o Conselho de Saúde atua na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das Políticas de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.
- b) O Conselho de Saúde, embora não seja uma instância colegiada, apresenta características deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) em cada esfera de Governo, integrante da estrutura organizacional do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com composição, organização e competência fixadas na Lei nº 8.080/90.
- c) Como Subsistema da Assistência Social, o Conselho de Saúde atua na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das Políticas de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros, sendo um órgão eminentemente consultivo.
- d) Na instituição e reformulação dos Conselhos de Saúde, o Poder Judiciário, respeitando os princípios da democracia, deverá acolher as demandas da população aprovadas nas Conferências de Saúde e em consonância com a legislação.
- e) O Conselho de Saúde é uma instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) em cada esfera de Governo, integrante da estrutura organizacional do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com composição, organização e competência fixadas na Lei nº 8.080/90.

26. De acordo com o Decreto 7.508/11, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, pode-se afirmar que:

- a) o processo de planejamento da saúde será descendente e integrado, do nível federal até o local, ouvidos as respectivas Conferências de Saúde, compatibilizando-se as necessidades das políticas de saúde com a disponibilidade de recursos financeiros.
- b) o acesso universal e igualitário aos medicamentos da RENAME pressupõe, dentre outros quesitos, ter o medicamento sido prescrito por profissional de saúde, no exercício regular de suas funções no SUS.
- c) compete ao Ministério da Saúde pactuar as etapas do processo e os prazos do planejamento municipal em consonância com os planejamentos estadual e nacional.
- d) a cada cinco anos a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA consolidará e publicará as atualizações da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME.
- e) as únicas portas de entrada às ações e aos serviços de saúde nas Redes de Atenção à Saúde devem ser os serviços de atenção primária e de atenção de urgência e emergência.

27. A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 36, de 25 de julho de 2013, institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde, marque a alternativa correta em relação a referida legislação.

- a) Incidente é o evento que atingiu o paciente e produziu prejuízo (lesão ou dano) associado ao cuidado de saúde.
- b) A resolução deve ser aplicada aos serviços de saúde, sejam eles públicos, privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo laboratórios clínicos e os consultórios individualizados.
- c) A notificação dos eventos adversos deve ser realizada bimestralmente pelo Núcleo de Segurança do Paciente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária por meio eletrônico.
- d) A segurança do paciente é compreendida como a redução, a um mínimo aceitável, do risco de um dano desnecessário associado ao cuidado de saúde.
- e) Os eventos adversos que evoluírem para óbito devem ser notificados em até 24 horas a partir do ocorrido.

28. De acordo com o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) de nº 36 de 2013, encontram-se os princípios e diretrizes adotados pelo Núcleo de Segurança do Paciente (NSP), assinale um princípio.

- a) A disseminação sistemática da cultura de segurança.
- b) O fortalecimento da cultura do medo em se trabalhar em serviços de saúde, pois assim os profissionais se previnem mais.
- c) A garantia das más condições das instalações do serviço de saúde.
- d) A melhoria contínua dos processos político-administrativos e do uso de tecnologias da saúde.
- e) A desarticulação e a integração dos processos de gestão de vetores.

29 Os requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de saúde estão dispostos na Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no 63/2011, assinale a alternativa correta.

- a) As exigências referentes aos recursos humanos do serviço de saúde incluem profissionais de todos os níveis de escolaridade, exclusivamente do quadro próprio da entidade.
- b) Os dados que compõem o prontuário pertencem ao serviço de saúde, mas devem estar permanentemente disponíveis ao paciente, aos respectivos representantes legais e à autoridade sanitária, quando necessário.
- c) O serviço de saúde deve garantir a limpeza dos reservatórios de água a cada 12 meses.
- d) Não é permitido guardar alimentos nos postos de trabalho destinados à execução de procedimentos de saúde, permitindo-se tão somente, em tais ambientes, seu consumo imediato.
- e) O serviço de saúde deve garantir que todos os usuários recebam suporte imediato à vida, quando necessário.

30. A Portaria nº 2.436/17 aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Assinale a afirmativa correta de acordo com essa legislação.

- a) integração entre a Vigilância em Saúde e Atenção Básica é condição suplementar para o alcance de resultados que atendam às necessidades de saúde da população, na ótica da integralidade da atenção à saúde e visa estabelecer processos de trabalho que considerem os determinantes, os riscos e danos à saúde, na perspectiva da intra e intersectorialidade.
- b) Em áreas de grande dispersão territorial, áreas de risco e vulnerabilidade social, recomenda-se a cobertura de 100% da população com número máximo de 750 famílias por ACS.
- c) A Atenção Básica será a principal porta de entrada e centro de comunicação da RAS, coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede.
- d) A Política Nacional de Atenção Básica considera os termos Atenção Básica - AB e Atenção Primária à Saúde - APS, nas atuais concepções, como termos distintos.
- e) Não serão mais reconhecidas outras estratégias de Atenção Básica, devendo as demais estratégias serem extintas e sendo implantadas as novas estratégias pelos entes federativos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LRF E NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravyelle

31. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituída pela Lei Complementar nº 101/2000, estabelece normas para a gestão fiscal responsável aplicáveis a todas as esferas de governo no Brasil. A LRF busca assegurar equilíbrio fiscal e saúde financeira nas administrações públicas por meio de limitações ao endividamento, controle de gastos e exigência de planejamento rigoroso.

Com base na Lei Complementar nº 101/2000, avalie as afirmativas a seguir:

- I. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação e suas respectivas entidades da administração indireta, incluindo autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, ainda que para reestruturação de dívida já existente.*
- II. Operações de crédito entre instituições financeiras estatais e outro ente da Federação são permitidas exclusivamente para despesas de capital.*
- III. É vedado ao ente federativo refinanciar dívidas não contraídas junto à própria instituição recebedora do empréstimo.*

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

32. A proposta orçamentária de um município é elaborada anualmente pelo Poder Executivo e submetida ao Legislativo para apreciação e aprovação. Ela contempla as estimativas de receitas e a fixação das despesas para o exercício seguinte, organizadas em categorias econômicas, como despesas correntes e de capital, bem como segmentadas em funções e programas que atendem às prioridades estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Além disso, a proposta deve obedecer aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), garantindo a sustentabilidade fiscal.

Com relação à elaboração e ao envio da proposta orçamentária, avalie as afirmativas a seguir:

- I. A proposta orçamentária deve considerar os limites impostos pela Constituição no que diz respeito à regra de ouro.*
- II. As receitas previstas na proposta podem incluir receitas de operações de crédito sujeitas à aprovação pelo Legislativo.*
- III. A proposta orçamentária pode prever despesas condicionadas à aprovação de medidas legislativas que ampliem a arrecadação, desde que explicitadas no anexo específico do Plano Plurianual e no quadro demonstrativo da LOA.*

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

33. O Estado Y estabeleceu no seu Plano Plurianual (PPA) a meta de reduzir em 50% a taxa de evasão escolar em áreas rurais até o final do ciclo estratégico. Para alcançar essa meta, foram criados programas específicos nas áreas de educação, transporte escolar e infraestrutura rural, com o objetivo de facilitar o acesso das crianças às escolas e melhorar as condições de aprendizado.

Cada programa do PPA possui metas físicas e indicadores que permitem monitorar os resultados e avaliar a efetividade das políticas implementadas. No entanto, o orçamento disponível é limitado, e os gestores precisam decidir como alocar os recursos de forma eficiente para atingir os objetivos estabelecidos no PPA.

Diante da meta de reduzir a evasão escolar e considerando a restrição orçamentária, a estratégia mais adequada para maximizar o impacto dos programas e alcançar os objetivos do PPA seria:

- a) Reduzir os investimentos em infraestrutura rural e concentrar os recursos no transporte escolar, considerando que a principal dificuldade apontada é a distância entre as escolas e as comunidades rurais.
- b) Priorizar a ampliação de escolas nas áreas rurais para reduzir o tempo de deslocamento das crianças, mesmo que isso implique cortes nos programas de transporte escolar.
- c) Fortalecer os programas de transporte escolar, associando-os a incentivos financeiros para as famílias, visando reduzir as barreiras de acesso e manter as crianças nas escolas.
- d) Realocar os recursos de programas de infraestrutura para educação, assumindo que a melhoria na qualidade do ensino terá impacto direto na permanência das crianças nas escolas.
- e) Concentrar os recursos na melhoria da qualidade pedagógica das escolas urbanas, priorizando o atendimento das crianças que conseguirem migrar das áreas rurais.

34. São atribuições da LDO, exceto

- a) estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública
- b) orientará a elaboração da LOA
- c) ser acompanhada de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- d) estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento
- e) disporá sobre aumento de despesas com pessoal

35. A Lei Orçamentária Anual (LOA) referente ao exercício financeiro de 2025 de um ente público respeita o princípio orçamentário da exclusividade ao:

- a) Fixar despesas para a devolução de depósito em caução recebido em 10/05/2024.
- b) Autorizar a abertura de crédito especial no exercício de 2025.
- c) Fixar o montante da reserva de contingência destinada a despesas imprevistas no referido exercício.
- d) Estabelecer as condições para a concessão de benefícios fiscais a entidades privadas.
- e) Fixar despesas para a devolução de depósito em caução recebido em 15/02/2025.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

36. O município Beta, buscando aprimorar a prestação de serviços na área de saúde, decidiu criar uma Secretaria Municipal de Saúde, vinculada diretamente à estrutura administrativa da Prefeitura. A nova secretaria terá como função coordenar os programas de saúde, controlar os processos de compras de medicamentos e supervisionar as unidades básicas de saúde, anteriormente administradas de forma isolada por órgãos regionais. Diante desse contexto, o instituto administrativo utilizado para a criação da Secretaria Municipal reflete:

- a) Descentralização administrativa.
- b) Desconcentração administrativa.
- c) Concentração administrativa.
- d) Centralização administrativa.
- e) Avocação administrativa.

37. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a publicação de contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é um requisito indispensável para a eficácia dos contratos. No caso de uma contratação direta, qual é o prazo máximo para a publicação do contrato no PNCP, contado a partir da assinatura?

- a) 5 dias úteis.
- b) 10 dias úteis.
- c) 15 dias úteis.
- d) 20 dias úteis.
- e) 10 dias corridos.

38. Com base na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal, analise as seguintes afirmativas:

- I. O processo administrativo federal só pode ser iniciado por provocação do interessado.
- II. É direito do administrado optar por não ser representado por advogado, salvo nos casos em que a lei exigir tal representação.
- III. É direito do administrado apresentar alegações e documentos apenas na fase inicial do processo, mesmo que ainda não tenha sido proferida decisão.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa II está correta.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

39. Ana, servidora pública federal, assinou um contrato administrativo para aquisição de materiais de escritório. Posteriormente, verificou-se que a escolha do fornecedor resultou em prejuízo financeiro ao erário, mas não houve indícios de dolo, má-fé ou intenção de obter vantagem pessoal por parte de Ana. Com base na Lei nº 8.429/1992, que trata sobre improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- a) A ausência de dolo impede a configuração de improbidade administrativa por prejuízo ao erário.
- b) A conduta descrita viola princípios da Administração Pública e configura improbidade administrativa por prejuízo ao erário.
- c) A simples existência de prejuízo ao patrimônio público é suficiente para caracterizar improbidade administrativa, independentemente de dolo ou culpa.
- d) A responsabilidade por improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário é configurada, pois houve dano ao patrimônio público.
- e) O ato narrado configura enriquecimento ilícito, já que a servidora assinou o contrato que causou

prejuízo ao erário, presumindo-se ter obtido vantagem pessoal.

40. De acordo com a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação pública no Brasil, é correto afirmar que:

- a) As informações pessoais dos cidadãos podem ser divulgadas livremente, desde que não contenham dados sigilosos.
- b) O acesso à informação pública é restrito aos brasileiros e estrangeiros residentes no país.
- c) O prazo máximo para resposta a um pedido de acesso à informação é de 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias.
- d) Qualquer pessoa, independentemente de justificativa, tem direito de solicitar informações públicas.
- e) Documentos classificados como ultrassecretos permanecem inacessíveis por tempo indeterminado.

ADMINISTRAÇÃO

Stefan Fantini

41. O processo organizacional é composto por quatro Funções Administrativas, função planejamento, organização, direção e controle. Pode-se dizer que a função planejamento envolve, dentre outras, a seguinte ação:

- a) Dividir o trabalho e atribuir as responsabilidades.
- b) Estabelecer os objetivos e definir os meios (traçar as estratégias) para alcançá-los.
- c) Estabelecer os meios e recursos necessários para alcançar o objetivo proposto pelo planejamento.
- d) Conduzir os trabalhos para que seja colocado em prática tudo aquilo que foi organizado e planejado.
- e) Monitorar as atividades e fazer as correções necessárias.

42. O planejamento realizado pelo nível institucional, que envolve a organização como um todo, e tem foco no longo prazo é o

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento intermediário
- e) planejamento gerencial

43. “Consolidar-se como uma rede de hospitais universitários de excelência para o SUS.”

O trecho acima, extraído do Mapa Estratégico 2024-2028 da EBSE RH, representa

- a) a missão da EBSE RH
- b) o propósito da EBSE RH
- c) a visão da EBSE RH
- d) os valores da EBSE RH
- e) a ética da EBSE RH

44. A organização subdividida em departamentos de marketing, finanças, recursos humanos e produção adota o critério de departamentalização

- a) por processos
- b) por clientes
- c) geográfica
- d) matricial
- e) funcional

45. Conforme a teoria de Maslow, após terem sido satisfeitas as necessidades primárias, a próxima necessidade a ser satisfeita é a necessidade

- a) fisiológica
- b) de segurança
- c) social
- d) de estima
- e) de autorrealização

LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA, NOÇÕES DE LICITAÇÃO PÚBLICA, CONTRATOS E DIREITOS E DEVERES DOS SERVIDORES

Herbert Almeida

46. Uma prefeitura realizou uma licitação para registro de preços para a compra de equipamentos de informática. O edital previu que os fornecedores poderiam oferecer propostas para quantidades inferiores ao máximo estabelecido e que poderiam ser registrados diversos fornecedores para o mesmo item, desde que respeitassem o preço do vencedor e a ordem de classificação. Durante a execução, surgiram dúvidas sobre a validade de algumas cláusulas do edital. Com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) é ilegal permitir que fornecedores ofereçam propostas para quantidades inferiores ao máximo previsto, pois todos devem se comprometer com o total exigido no edital.
- b) o registro de múltiplos fornecedores para o mesmo item no edital é proibido, pois inviabiliza a aplicação da regra de menor preço.
- c) o critério de julgamento na modalidade de registro de preços pode ser o de menor preço ou de maior desconto, conforme estabelecido no edital.
- d) em regra, é permitido que um órgão público participe de duas atas de registro de preços com o mesmo objeto, desde que ambas estejam vigentes.
- e) a lei não prevê a possibilidade de alteração dos preços registrados durante a vigência da ata, mesmo que ocorram mudanças no mercado, em razão do princípio da vinculação ao edital.

47. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, é dispensável a licitação para:

- a) aquisição de imóvel para uma Secretaria de Saúde, quando as características de instalações e de localização tornarem necessária sua escolha.
- b) aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.
- c) para contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme casos elencados em ato do Conselho Nacional de Saúde.
- d) para aquisição de medicamentos de até R\$ 100.000,00, dentro do mesmo exercício financeiro e na mesma unidade gestora.
- e) para aquisição de medicamentos que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

48. A respeito da organização administrativa brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) a administração direta é composta por entidades que possuem personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira.
- b) a criação de autarquias e fundações públicas é feita por meio de decreto do chefe do Poder Executivo.
- c) as empresas públicas e as sociedades de economia mista são exemplos de entidades que integram a administração direta.
- d) a administração indireta é composta por entidades como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, todas com personalidade jurídica própria.
- e) os ministérios, secretarias estaduais e municipais fazem parte da administração indireta, pois são criados para descentralizar a execução das políticas públicas.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT)

Antônio Daud

49. Abrão, Isac, Jacó e Jessé são empregados na empresa Profetas S.A.. Abrão avençou junto ao empregador horário de trabalho de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso.

Isac estabeleceu junto à empresa banco de horas semestral. Jacó avençou com seu empregador a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho. Jessé pactuou a alteração de seu regime de trabalho para teletrabalho.

A respeito da formalização dos acordos estabelecidos em relação à Abrão, Isac, Jacó e Jessé, é correto afirmar que a CLT admite a utilização respectivamente dos seguintes instrumentos:

- a) acordo tácito, acordo individual por escrito, acordo individual por escrito e aditivo contratual.
- b) acordo individual por escrito, acordo individual por escrito, acordo individual por escrito e aditivo contratual.
- c) negociação coletiva, acordo tácito, acordo individual por escrito e aditivo contratual.
- d) acordo individual por escrito, acordo individual por escrito, acordo individual por escrito e ajuste tácito.
- e) acordo individual por escrito, negociação coletiva, acordo tácito e aditivo contratual.

50. Conversando com Fabíola sobre faltas graves praticadas por empregados celetistas, Augusto afirmou corretamente que caracteriza hipótese ensejadora da rescisão do contrato de trabalho por justa causa:

- a) perda de requisito legal para exercício de profissão, em qualquer caso.
- b) ato de improbidade, o qual representa a conduta contrária à moral.
- c) ato de indisciplina, consistente no desrespeito a regras gerais emanadas do empregador.
- d) ofensas físicas praticadas no serviço, contra qualquer pessoa e em qualquer situação.
- e) abandono de emprego, presumido nas situações em que o trabalhador não comparece ao serviço no prazo de 15 dias.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

Ricardo Campanário

51. O estoque de segurança é fundamental para muitas organizações no sistema de controle por quantidades fixas. É importante, seja em função do seu custo ou de sua criticidade operacional. Trata-se de uma quantidade:

- a) variável pela ação da demanda, sendo constituída, em seu nível mais elevado;
- b) teórica, que serve como indicador para avaliar quantidades em estoque;
- c) máxima admissível em estoque, tanto em termos físicos como potenciais;
- d) predeterminada de material que evite ou reduza os efeitos da variação da demanda ou do tempo de ressuprimento;
- e) necessária para atender à demanda correspondente à quantidade de ressuprimento.

52. Em um hospital, determinado item tem consumo mensal de 50 unidades. Dada a importância do item, o hospital não permite que seu estoque seja zerado. Se o consumo mensal aumentar para 60 unidades e um atraso no tempo de reposição for de 15 dias, o estoque mínimo do item deverá ser de:

- a) 60 unidades;
- b) 40 unidades;
- c) 30 unidades;
- d) 25 unidades;
- e) 10 unidades.

53. Uma escola pública hipotética adota o sistema de reposição contínua para a manutenção dos níveis de canetas para quadro branco em estoque. O consumo mensal é de 300 canetas, o estoque de segurança é de 60 canetas e o tempo de reposição solicitado pelo vendedor é de 2 dias. Considerando o mês de 20 dias, os pedidos deverão ser realizados quando a quantidade de canetas em estoque for de:

- a) 150;
- b) 120;
- c) 90;
- d) 80;
- e) 60.

GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA*Luciana Marinho*

54. As afirmativas a seguir apresentam características da Lei do Orçamento Anual – LOA, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) será acompanhado de medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- b) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- c) Disporá sobre normas relativas ao controle de custos.
- d) compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social.
- e) conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas.

55. Os Princípios Orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

Nesse sentido, assinale a opção que indica o princípio orçamentário, segundo o qual delimita o exercício financeiro-orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.

- a) da exclusividade
- b) da unidade
- c) da universalidade
- d) da anualidade
- e) do orçamento bruto

56. Na Lei Orçamentária Anual do Ente constou um artigo autorizando a contratação de operação de crédito por antecipação da receita, nos termos da lei.

Este caso constitui uma exceção ao descumprimento do princípio orçamentário da

- a) da exclusividade
- b) da não-vinculação da receita de impostos
- c) do orçamento bruto
- d) da universalidade
- e) da transparência

GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Herbert Almeida

57. A Prefeitura de determinado Município celebrou contrato com uma empresa para aquisição de equipamentos de informática. Durante a execução do processo licitatório, surgiram questionamentos sobre a designação dos agentes responsáveis pelas funções essenciais à licitação e ao contrato. Verificou-se que:

I – João, membro da equipe de apoio, não é servidor efetivo, mas possui qualificação compatível e certificação profissional emitida por uma escola de governo pública.

II – O pregoeiro, designado pela autoridade máxima do órgão, acumula também a função de fiscal do contrato.

III – Paulo, que também é membro da equipe de apoio, é irmão de um dos sócios da empresa vencedora da licitação, que já firmou diversos contratos com o município nos últimos meses.

Com base na Lei nº 14.133/2021 e na situação apresentada, assinale a alternativa correta:

a) João não pode exercer a função de membro da equipe de apoio, por não ser servidor efetivo da administração pública.

b) a designação de servidor simultaneamente como pregoeiro e fiscal do contrato viola o princípio da segregação de funções, devendo ser designado outro agente para uma das atividades.

c) o vínculo de parentesco entre Paulo e o sócio da empresa vencedora não impede sua atuação, desde que ele não tenha poder de decisão no certame.

d) a certificação profissional emitida por uma escola de governo criada e mantida pelo poder público é insuficiente para a designação de agentes de licitação, que devem obrigatoriamente ser servidores efetivos.

e) o acúmulo de funções de pregoeiro e fiscal do contrato é permitido, desde que não sejam

identificados riscos de fraude ou conflito de interesses no processo licitatório.

58. A respeito da responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

a) nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração poderá ser responsabilizada solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, desde que comprovada falha na fiscalização.

b) a inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas e fiscais poderá transferir à Administração a responsabilidade pelo pagamento, desde que o objeto do contrato seja onerado.

c) a Administração Pública será diretamente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, independentemente da natureza da contratação.

d) é vedado à Administração adotar medidas para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas pelo contratado, como a exigência de caução ou de fiança bancária.

e) os valores depositados em conta vinculada, quando utilizados como medida para assegurar obrigações trabalhistas em contratações de serviços contínuos, são penhoráveis em casos de dívidas do contratado.

59. O Ministério da Educação celebrou um contrato administrativo com a empresa Delta para a construção de uma escola municipal. Durante a execução do contrato, a Administração Pública identificou que a empresa havia apresentado documentação falsa durante o processo de licitação. Acerca das sanções previstas na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), é correto afirmar que poderão ser aplicadas as seguintes sanções à empresa:

- a) advertência e multa.
- b) multa e impedimento de licitar e contratar.
- c) multa e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- d) advertência e impedimento de licitar e contratar.
- e) multa, inacumulável com as demais sanções.

60. Com base na Instrução Normativa nº 5/2017, marque a alternativa correta sobre as disposições relacionadas à prestação de serviços na Administração Pública Federal:

- a) é vedado à Administração Pública praticar atos que caracterizem ingerência na administração da contratada, como aplicação de sanções diretamente sobre os empregados da contratada.
 - b) a contratação de serviços terceirizados pode gerar vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, quando presentes subordinação e pessoalidade.
 - c) é permitido que o objeto da licitação seja caracterizado exclusivamente como fornecimento de mão de obra, desde que não envolva pessoalidade.
 - d) atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias não podem, sob nenhuma circunstância, ser executadas de forma indireta pela Administração Pública.
 - e) atividades estratégicas para o órgão ou entidade, cujo controle seja fundamental para a Administração, podem ser objeto de terceirização, desde que haja justificativa técnica.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
